

**Coletânea de Legislação Ambiental**  
**Legislação Relativa à Área de Meio Ambiente**  
**Diplomas Legais Recentes**  
**2020**

**ABRIL**

**Resolução - RDC nº 367, de 6 de abril de 2020. Ministério da Saúde/Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Diretoria Colegiada.** Dispõe sobre o controle de importação e exportação de substâncias, plantas e medicamentos sujeitos a controle especial, e dá outras providências. Fonte: Diário Oficial da União. Publicado em: 08/04/2020 | Edição: 68 | Seção: 1 | Página: 112.

**Instrução normativa nº 25, de 7 de abril de 2020.** Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Gabinete da Ministra. A autorização de importação de espécies vegetais, suas partes, produtos e subprodutos, e outros artigos regulamentados fica condicionada à definição dos requisitos fitossanitários específicos estabelecidos por meio de Análise de Risco de Pragas - ARP, de acordo com a Convenção Internacional para a Proteção dos Vegetais, na forma desta Instrução Normativa e do seu Anexo. Fonte: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Publicado em: 09/04/2020 | Edição: 69 | Seção: 1 | Página: 9

**Resolução-RE nº 1.048, de 9 de abril de 2020. Ministério da Saúde. Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Segunda Diretoria. Gerência-Geral de Medicamentos e Produtos Biológicos.** Cancela o registro sanitário de medicamentos, produtos biológicos e insumos farmacêuticos, ou de apresentações, conforme anexo. Fonte: Sinopse, Edição nº 061, de 13 de abril de 2020.

**Ato declaratório do presidente da mesa do congresso nacional nº 22, de 2020.** O Presidente da mesa do Congresso Nacional, nos termos do parágrafo único do art. 14 da Resolução nº 1, de 2002-CN, faz saber que a Medida Provisória nº 900, de 17 de outubro de 2019, que "Autoriza a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, a contratar instituição financeira para criar e gerir fundo privado constituído por recursos decorrentes da conversão de multa de que trata o art. 72, § 4º, da Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, e dá outras providências", teve seu prazo de vigência encerrado no dia 26 de março de 2020. Fonte: Sinopse, Edição nº 062, de 14 de abril de 2020.

**Portaria nº 58, de 7 de abril de 2020. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Secretaria de Inovação, Desenvolvimento Rural e Irrigação/Coordenação de Apoio Operacional/Serviço de Apoio Orçamentário e Financeiro/Seção de Execução Orçamentária Financeira.** Submete à consulta pública, por um prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta Portaria, o Projeto de Instrução Normativa, ANEXO I da presente Portaria, que aprova a lista de plantas ornamentais utilizados nas atividades agrícolas que foram introduzidas no território nacional. Fonte: Sinopse. Edição nº 64, de 16 de abril de 2020.

**Decreto nº 10.282 de 20 de março de 2020. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Regulamenta a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para definir os serviços públicos e as atividades essenciais. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.20/03/2020.

**Decreto nº 10.331, de 28 de abril de 2020. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos.** Dispõe sobre a qualificação de unidades de conservação no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República e sobre a sua inclusão no Programa Nacional de Desestatização. Fonte: Resenha Diária. Presidência da República. Secretaria-Geral. Subchefia para Assuntos Jurídicos. 29/04/2020.

**Resolução nº 21, de 20 de abril de 2020. Ministério do Desenvolvimento Regional/Agência Nacional de Águas/Diretoria Colegiada.** Dispõe sobre a prorrogação dos prazos de condicionantes e vigências de outorgas de uso de recursos hídricos, como medida emergencial de enfrentamento dos efeitos causados pela pandemia de COVID-19. Fonte: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em: 28/04/2020 | Edição: 80 | Seção: 1 | Página: 18 Órgão: Ministério do Desenvolvimento Regional/Agência Nacional de Águas/Diretoria Colegiada.

**Resolução nº 209, de 11 de dezembro de 2019. Ministério do Desenvolvimento Regional/Secretaria Nacional de Segurança Hídrica. Conselho Nacional de Recursos Hídricos.** Estabelece composição e define suplências para a Câmara Técnica de Assuntos Legais - CTAL; Câmara Técnica de Planejamento e Articulação - CTPA; Câmara Técnica de Outorga e Cobrança pelo Uso de Recursos Hídricos - CTOC; Câmara Técnica de Integração com a Gestão Ambiental e Territorial - CTIGAT; Câmara Técnica de Educação, Informação, Ciência e Tecnologia - CTECT; e Câmara Técnica de Segurança de Barragens - CTSB; e dá outras providências. Fonte: DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO Publicado em: 28/04/2020 | Edição: 80 | Seção: 1 | Página: 17 Órgão.